



Presidente p.5

Acordo para reduzir o preço da energia



PSD p.11

Militantes de Setúbal recordam Comício de 7 de Março de 1975

# POVO LIVRE



nº 1866

11 de Março de 2015

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## INCENTIVAR AS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE DE MÉRITO



O Primeiro-Ministro esteve na cerimónia de lançamento da primeira pedra da Ala Pediátrica do Hospital de São João, no Porto

# Incentivar as instituições de saúde de mérito

Portugal está a atingir um nível em que todas as instituições de Saúde estão devidamente capitalizadas e que as “situações mais emergentes se encontram regularizadas”. O Primeiro-Ministro afirmou, durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra da Ala Pediátrica do Hospital de São João (Porto), dia 3 de Março, que “devemos utilizar esse novo estado para daqui em diante distinguir de forma racional e inteligente a boa gestão daquela que precisa de evoluir mais e que o possamos fazer dentro de uma lógica construtiva”. Passos Coelho sublinhou ainda que mais do que “desincentivar e penalizar”, deve-se “incentivar aqueles que revelam mérito”. “Creio que esse será com certeza um bom princípio que não deverá deixar de ser seguido, por este centro hospitalar”, especificou.

Na inauguração das instalações do Centro de Simulação Biomédica da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, o chefe do Executivo reconheceu que a pressão e o escrutínio mediático criam muita pressão, mas o Serviço Nacional de Saúde (SNS), em Portugal, é na opinião de Passos Coelho “um dos melhores do mundo”

Uma oportunidade para Pedro Passos Coelho elogiar o SNS e deixar uma mensagem de confiança. De acordo com o Primeiro-Ministro, a qualidade do SNS não pode ser aferida pelas falhas registadas que coincidiram com o período de crise no país.

Na cerimónia, o chefe do executivo afirmou, ainda que Portugal está a atingir um nível em que todas as instituições de Saúde estão devidamente capitalizadas e que as “situações mais emergentes se encontram regularizadas”. “Devemos utilizar esse novo estado para daqui em diante distinguir de forma racional e inteligente a boa gestão daquela que precisa de evoluir mais e que o possamos fazer dentro de uma lógica construtiva”, disse.



## Aproveitamento intenso e proveitoso do programa “Horizonte 2020”

Pedro Passos Coelho declarou também esperar que o programa comunitário Horizonte 2020 possa ser acedido de forma mais intensa e proveitosa por instituições nacionais, depois de Portugal ter sido um beneficiário

muito limitado deste género de fundos. O Primeiro-Ministro considera que “há um contexto muito favorável” para projectos que, fruto das parcerias, visam “ganhar escala e complementaridade”. “Espero que esse facto ajude nomeadamente a captar outro tipo de recursos e de disponibilidades de financiamento que existem no espaço europeu. Os senhores sabem que nós temos sido ao longo dos anos beneficiários muito limitados

de programas como o Quadro Ciência ao nível da União Europeia”, destacou.

Passos Coelho espera por isso que “agora o programa Horizonte 2020 possa ser acedido de uma forma mais intensa e de uma forma mais proveitosa por instituições portuguesas”. “Não será por falta de informação e de sensibilização que perderemos essas oportunidades nos próximos anos”, garantiu.

Passos Coelho disse perceber que há “uma associação muito íntima entre o projecto que está a ser desenvolvido com a nova ala pediátrica e a expansão deste centro”. “E se entre a pediatria e a obstetrícia há um canal muito estreito que as liga, tenho a certeza que o canal mais alargado de desenvolvimento não deixará de acolher projectos tão ambiciosos e importantes como este”, enfatizou.

Depois dos discursos e do descerrar da placa da inauguração, Passos Coelho teve a oportunidade de assistir a duas simulações neste centro, uma de um parto natural e uma outra de uma anestesia geral.

O Centro de Simulação Biomédica da FMUP existe já há 12 anos e desde a sua abertura já treinou mais de 3200 estudantes de medicina e 1200 profissionais de saúde em diferentes áreas. A directora da FMUP, Maria Amélia Ferreira, explicou que a inauguração destas novas instalações é um “passo intermédio para um projecto maior, o Centro de Simulação Biomédica do Norte”, que resultará de uma parceria entre a faculdade e o Centro Hospitalar de São João. “Este projecto futuro coloca hoje também a primeira pedra, pois será sediado nas atuais instalações da ala pediátrica”, apontou.

O Centro de Simulação Biomédica tem como missão criar um ambiente educacional seguro e sustentável, promovendo a aplicação de boas práticas nos cuidados de saúde e aumentando a segurança do doente.

# Turquia é um aliado para impedir a ameaça terrorista

No final da I Cimeira Intergovernamental Portugal-Turquia, que decorreu em Lisboa, dia 3, Pedro Passos Coelho afirmou que a Turquia tem tido uma posição importante no terreno para impedir e controlar movimentos de terroristas, como os do Estado Islâmico (EI). As palavras do chefe do Governo foram proferidas na conferência de imprensa da primeira cimeira intergovernamental entre Portugal e a Turquia, no Palácio das Necessidades.

Poucos minutos antes, na declaração ao lado do seu homólogo turco, Ahmet Davutolu, o Primeiro-Ministro português enalteceu o “enorme esforço humanitário” da Turquia no acolhimento de refugiados resultantes dos conflitos na Síria e no Iraque. “A experiência da Turquia tem sido extremamente positiva para impedir que essa ameaça [terrorista], que não tem, do ponto de vista orgânico, uma consistência que possa ser controlada por muitos Estados que foram perdendo qualquer capacidade sobre o seu território, possa progredir de uma forma mais perigosa”, referiu Passos.

Para o chefe do executivo, “a Turquia tem tido uma posição extremamente importante no terreno para impedir essas ameaças e controlar esse tipo de movimentos”. “Creio que isso é de assinalar e mostra bem como a posição geoestratégica da Turquia pode ser extremamente relevante não apenas no seio da NATO, mas também quando olhamos para a situação da União Europeia”, observou.

Na sua intervenção, e após terem sido assinados vários acordos entre os dois países, Pedro Passos Coelho apontou a Turquia como “um parceiro económico, político e diplomático muito importante”.

Passos Coelho considerou que a economia turca tem “grandes potencialidades” e que existe “uma grande margem de crescimento e aprofundamento” das relações entre Portugal e a Turquia, principalmente no plano económico.

Por sua vez, o Primeiro-Ministro turco, Ahmet Davutoglu, afirmou que Portugal é o país que “melhor entende” a Turquia no longo processo de negociações de adesão à União Europeia (UE), definido como um “objectivo estratégico”.

O dirigente turco voltou a insistir no tema durante o período de perguntas e respostas, quando agradeceu a Passos Coelho a “solidariedade portuguesa” e vincou que a “decisão estratégica” da Turquia é pertencer à UE. “Portugal sempre demonstrou vontade em que a Turquia faça parte da Europa”, salientou. “Sabem da nossa capacidade para promover reformas, o futuro da Europa é o futuro da Turquia. Agradecemos aos amigos da Turquia”, adiantou.

As relações próximas entre os dois países foi outro tema que dominou a intervenção do responsável turco, que lidera desde 2014 o Governo islamita-conservador do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), no poder desde 2002.

O responsável turco destacou a reunião “amistosa” de hoje, em que se fez acompanhar por seis ministros, disse que os dois países se “entendem bem”, por partilharem “uma tradição comum do Estado, da política, dos laços culturais”, e ainda por possuírem “um enorme alcance geográfico e também com uma relação face a geografias mais latas”.

O bom momento das relações económicas luso-turcas, com uma reunião empresarial conjunta agendada para Outubro e “seguro impacto comercial”, e o reforço das ligações aéreas da companhia aérea turca para Lis-





boa, e ainda para o Porto, também mereceram destaque na intervenção do chefe do governo turco.

Nesta linha, Davutoglu aproveitou para felicitar Portugal pela “evolução impressionante da [sua] economia, tendo em consideração a saída do programa de ajustamento”.

A celebração do Dia da língua portuguesa em Ancara, a crescente presença do seu país na África, Ásia, América Latina, “com 32 embaixadas turcas em África”, e o estatuto de país-membro observador da CPLP, foram também recordados pelo Primeiro-Ministro turco, ex-chefe da diplomacia de Ancara e um dos homens de confiança do

Presidente Recep Tayyip Erdogan, o líder do AKP.

A situação no Iraque, na Síria, a xenofobia e o terrorismo, além da decisiva posição geoestratégica da Turquia, também foi focada, com Davutoglu a sustentar a necessidade de “paz e estabilidade”, quando se parece preparar uma ofensiva contra o grupo Estado Islâmico (EI), que há quase um ano controla a estratégica cidade de Mossul, no norte iraquiano e perto da fronteira do Curdistão turco.

Neste aspecto, referiu-se a uma “missão histórica”, mas foi diplomaticamente cauteloso. E, por fim, ao recordar que Portugal e Turquia enfrentam eleições gerais

no outono, desejou que se mantenham, e reforcem, as relações entre Lisboa e Ancara.

O primeiro-ministro turco efectuou dia 3, uma visita oficial a Lisboa para participar na 1ª Cimeira Portugal-Turquia, tendo sido recebido pelo Presidente Cavaco Silva antes de se reunir com o seu homólogo Pedro Passos Coelho no Palácio das Necessidades. Davutoglu e Pedro Passos Coelho encontraram-se no final da tarde, antes do início da sessão plenária entre as duas delegações, a nível ministerial, e participaram na assinatura de quatro acordos bilaterais. A visita do responsável pelo governo turco foi concluída com um jantar oficial oferecido pelo homólogo português.

## Arriscar e empreender em Trás-os-Montes

O Primeiro-Ministro exortou os agentes locais a arriscarem e empreenderem para a coesão dos territórios de baixa densidade, como o distrito de Bragança, onde falava na feira da alheira de Mirandela, na passada sexta-feira. O emblemático enchido representa a maior fileira desta região, com um valor de 30 milhões de euros anuais, um exemplo que o chefe de Governo apontou para uma estratégia de desenvolvimento a partir dos recursos locais.

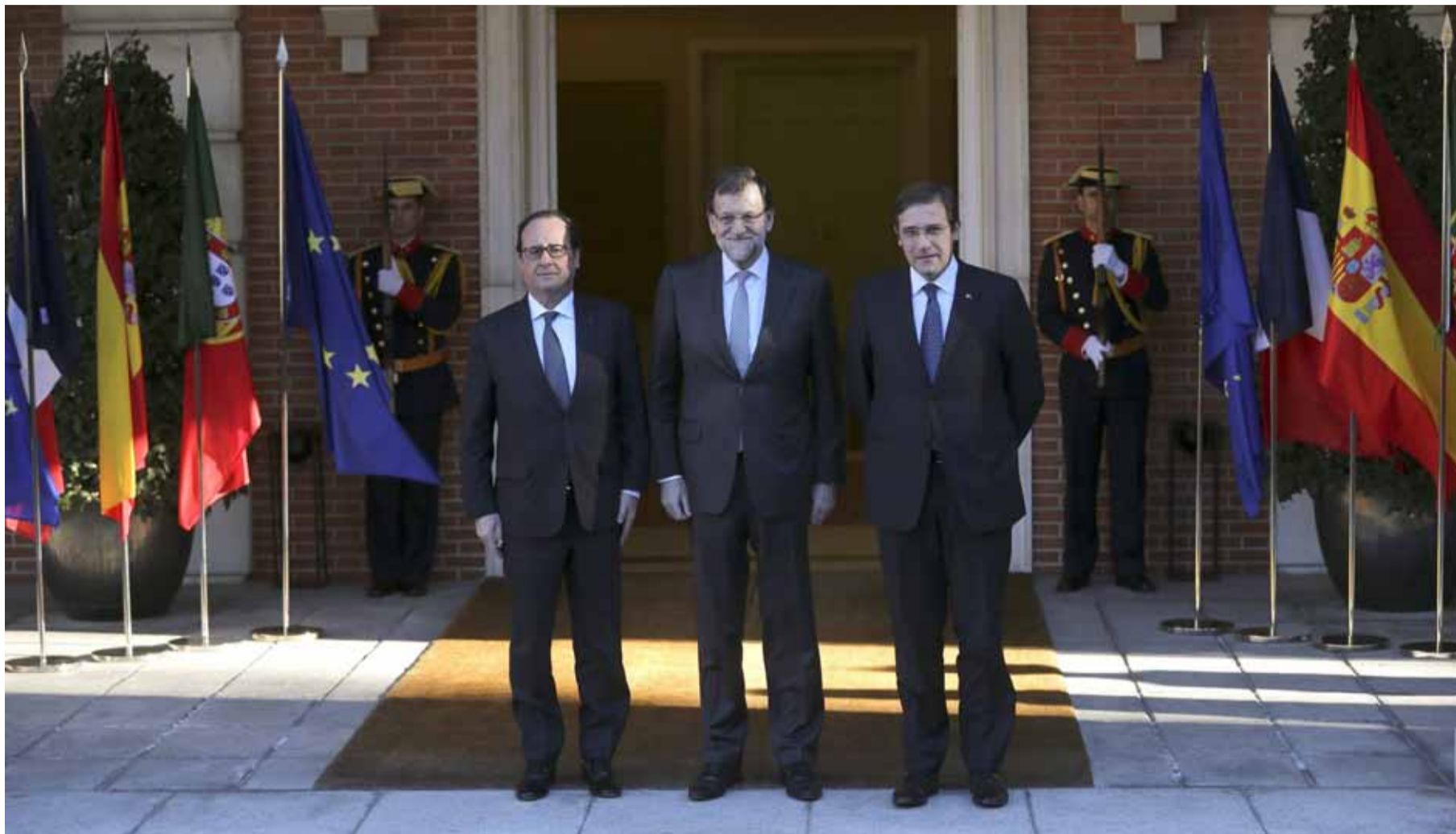
Passos Coelho lembrou, durante o discurso na abertura da feira, que o investimento em Portugal já representa mais do que o consumo de bens duradouro, mas defendeu que é preciso “aumentar a um ritmo maior, e isso depende da capacidade de arriscar e empreender”. “Precisamos de ter quem consiga empreender nestes territórios”, defendeu o primeiro-ministro, apelando a “espírito de abertura à novidade que case bem” com as tradições e com cultura.

Passos Coelho considerou que, além da parte que cabe ao Estado fazer, nomeadamente ao nível das infra-estruturas e serviços, manter as pessoas nestes territórios exige “capacidade para arriscar, para empreender, de uma forma que possa ser o mais articulada possível, entre municípios que têm problemas próximos ou semelhantes, através de comunidades intermunicipais, que possam desenhar estratégias comuns, que valorizem os seus produtos regionais, os seus recursos endógenos e que saibam ir mais longe”. “Que novos empreendedores, novas fábricas se possam estabelecer, que novo emprego possa ser criado e que mais pessoas possam ficar a conhecer estes produtos e possam dar sentido e retorno aos investimentos que possam estar a ser realizado.

O Primeiro-Ministro foi presenteado pelo presidente da Câmara de Mirandela, António Branco, com uma oliveira que levou para Lisboa e deixou o seu nome numa outra planta nos jardins da cidade transmontana, onde outras personalidades já apadrinharam a árvore símbolo de outros dos produtos com maior peso económico na região, o azeite.



# Acordo para reduzir o preço da energia



O Primeiro-Ministro português assinou, dia 4, com o Presidente do Governo de Espanha, Mariano Rajoy, e com o Presidente de França, François Hollande, e com o Presidente da Comissão Europeia, Jean Claude Juncker, a Declaração de Madrid, que sinaliza o compromisso de aumentar a interconexão energética entre estes três países até à meta de 10 por cento em 2020. Passos Coelho assegurou que essa meta será ultrapassada entre Portugal e Espanha em 2016, altura em que a interligação energética será de 11 por cento. A meta de 10 por cento é “crucial para a realização de um verdadeiro mercado interno de energia, que por sua vez deverá traduzir-se em preços mais baixos para os consumidores, em investimentos mais eficientes em energia renovável, em maior segurança energética e num crescimento sustentável e verde”, afirmou Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro pediu à Espanha e à França para identificarem mais projectos de interligação eléctrica entre os dois países. “Esta cimeira permitiu avanços muito importantes, incluindo o apelo partilhado para que sejam identificados e apresentados à União Europeia os projectos necessários - até hoje estão identificados os que permitem chegar a 8% - mas precisamos ainda de projetos suplementares para chegar aos 10% em 2020”, declarou Pedro Passos Coelho no final da cimeira tripartida em Espanha, entre Portugal, Espanha e França, com a presença do presidente da Comissão Europeia.

Os três países assinaram uma declaração conjunta na qual se comprometem a trabalhar em conjunto para que a Península Ibérica deixe de ser uma “ilha do ponto de vista energético”, isolada do resto da Europa. “Chegamos a um entendimento entre os três países, com um envolvimento grande da Comissão Europeia. (...) Creio que esta cimeira demonstra muito bem o compromisso destes três países, Portugal, França e Espanha, bem como das instituições europeias, quanto aos objectivos de interligações de capacidade eléctrica até 2020”, expressou o Primeiro-Ministro português.

Os participantes sublinharam a crucial importância de alcançar um mercado interior da energia plenamente operacional e interconectado, o que representa



um elemento fundamental face à construção da União Europeia da Energia.

O chefe do Executivo português considera que Bruxelas deverá monitorizar atentamente este processo conjunto das interligações, ao contrário do que aconteceu no passado. “O envolvimento da Comissão é essencial no papel de monitorização deste projecto, para alcançarmos o objectivo dentro do prazo que ficou comprometido, ao

contrário do que aconteceu no passado. Estivemos muitos anos a proclamar objectivos que depois não tinham qualquer concretização prática. Creio que desta vez será diferente”, salientou Passos Coelho, ao lado do chefe do Governo espanhol, Mariano Rajoy, do presidente francês, François Hollande, e do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker.

O chefe do Governo português também afirmou que



os três países concordaram em “diversificar as fontes e as rotas de abastecimento” do gás, afirmando que novas interligações permitiriam “reduzir a incerteza” associada ao fornecimento do leste da Europa.

As interligações de transporte de gás a partir da Península Ibérica, que recebe gás por via marítima ou por gasoduto do norte de África, poderiam representar “40 por cento das necessidades hoje asseguradas por gás russo”, disse Passos Coelho. “Pode ser útil à Europa se estes projectos tiverem seguimento nos próximos anos. Ganhamos em segurança de abastecimento e em poder de negociação com eventuais fornecedores”, disse o primeiro-ministro português, acrescentando que as empresas ganhariam “maiores condições de competitividade”.

As empresas dos Estados Unidos, de acordo com Passos Coelho, “já beneficiam de uma vantagem competitiva nos preços do gás [graças ao gás de xisto]”. E, por outro lado, “existem muitos países excessivamente dependentes do gás proveniente da Rússia”.

Esteve também presente na reunião o Presidente do Banco Europeu de Investimento, Werner Hoyer.



José Matos Correia em conferência de imprensa

## “Se há uma coisa que não preocupa o PSD é a credibilidade do Primeiro-Ministro”



Pedro Passos Coelho deve dar explicações sobre a sua relação com a Segurança Social “no momento certo e onde for entendido”. Esta foi a posição manifestada pelo vice-presidente do PSD, José Matos Correia, em conferência de imprensa, sábado, reiterando que o Primeiro-Ministro “continua disponível para dar os esclarecimentos que forem entendidos [sobre a sua situação com a Segurança Social]” e que “o Parlamento é um bom local para o fazer”.

O vice-presidente do PSD considera ser “mais do que compreensível que o Presidente da República, pelas funções que exerce, não queira imiscuir-se em questões que são do domínio da luta político-partidária e sobretudo questões desta artificialidade”.

Matos Correia reafirmou que “o erro foi assumido” pelo Primeiro-Ministro e acusou a oposição de “continuar a construir um discurso à volta desta questão porque não tem opções de política válidas” e tenta “encontrar na espuma dos acontecimentos uma forma de ultrapassar as suas próprias limitações”.

Reagindo à notícia do jornal “Expresso” de que o Primeiro-Ministro “pagou dívida de 3.900 euros à Segurança Social, mas ficaram 26 meses por regularizar”, Matos Correia classificou-a como “falsa” e disse que o PSD não está preocupado com o tema das dívidas do Primeiro-Ministro à Segurança Social em ano de eleições, nem com a perda de credibilidade de Passos Coelho.

“Se há uma coisa que não preocupa o PSD é precisamente a credibilidade do Primeiro-Ministro. Bem pelo contrário. Aquilo que o primeiro-ministro tem feito ao longo destes anos e a forma como tem conduzido a sua actuação é a prova mais evidente de que se há político credível em Portugal é o Primeiro-Ministro. Essa é uma mais valia que leva para as eleições”, reforçou.

Para Matos Correia, o jornal “Expresso” entendeu publicar a notícia sobre a relação de Pedro Passos Coelho com a Segurança Social “com base em documentos que são falsos e cuja falsidade conhecia quando a notícia foi feita”.

O Instituto da Segurança Social esclareceu em comunicado, que “não existe registo na base de dados do Sistema de Informação da Segurança Social do documento referido pelo semanário “Expresso”, nem os dados constantes coincidem com o número de identificação do documento”.



# PSD recebeu a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses



O PSD recebeu, em audiência, terça-feira, 10 de Março de 2015, a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, na sede nacional. O PSD esteve representado pelo vice-presidente coordenador da Comissão Política Nacional e porta-voz, Marco António Costa, e pelo vice-presidente do grupo parlamentar, António Rodrigues.

No final da reunião, António Rodrigues afirmou que os sociais-democratas acompanham aquilo que os diplomatas representam para o país e reconhecem “o papel fundamental que eles têm desempenhado nos últimos anos”. A Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses manifestou ao PSD as suas preocupações em que é feita a representação externa do Estado.

## Trinta por cento de mulheres na gestão das empresas cotadas até 2018

O Governo anunciou que vai iniciar negociações com as empresas cotadas em bolsa para que estas se comprometam a incluir pelo menos 30 por cento de mulheres nos respectivos conselhos de administração até ao final de 2018. Esta decisão foi anunciada no final do Conselho de Ministros de 5 de Março, pela secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, que admitiu a futura adopção de “medidas de natureza mais imperativa” caso as empresas não adiram “voluntariamente a esse objectivo”.

“As empresas têm nas suas próprias mãos a solução para este problema e, portanto, estão a tempo de o resolverem sem uma lei de quotas. Se não o fizerem voluntariamente, deixarão aberto esse caminho para a possibilidade de se criarem formas mais imperativas de atingir o mesmo objectivo”, declarou Teresa Morais, na conferência de imprensa sobre as conclusões do Conselho de Ministros.



José Matos Rosa na inauguração da sede do PSD de Seia

## “Os portugueses ousaram enfrentar as dificuldades de frente”

No sábado, 7 de Março de 2015, o secretário-geral do PSD deslocou-se ao distrito da Guarda, para inaugurar a nova sede do PSD de Seia e, na sua intervenção, começou por destacar o orgulho que sente em ser Secretário-Geral de “um Partido criado há mais de 40 anos”. Para José Matos Rosa, este momento tão simbólico para a Secção de Seia é também “um momento importante na vida do Partido”: “Uma nova sede não são apenas paredes, salas e bandeiras. Uma nova sede é um espaço de encontro de cidadãos que comungam dos mesmos ideais para o futuro do nosso País”, afirmou, deixando também uma palavra a todos os militantes que presenciaram o momento: “Não há Democracia sem partidos políticos e não há partidos políticos livres sem militantes que sejam também eles livres e é exactamente por isso que eu quero deixar aqui bem claro o orgulho e a emoção que sinto nesta partilha de afectos”.

Sobre a situação política nacional, José Matos Rosa foi claro: “são os que nos levaram para a bancarrota que agora criticam as políticas que resultaram da sua própria irresponsabilidade”: “São os mesmos que agora aparecem caídos do céu a decretar o fim da austeridade e prometer crescimento com a facilidade. Querem que os Portugueses se esqueçam de que foram eles quem chamou os credores para Portugal e que foi o pagamento dessas dívidas que exigiu os sacrifícios porque que passámos”, disse.

O secretário-geral do PSD destacou também que o futuro de Portugal e dos portugueses é de esperança: “Sim, podemos ter esperança. O tempo é de esperança porque os Portugueses ousaram enfrentar as dificuldades de frente e por isso estamos hoje mais fortes. O presente, caras e caros companheiros, dá-nos uma imensa esperança para o futuro”.

Isabel Marques Mamede, presidente da Secção do PSD de Seia e Carlos Peixoto, líder da Distrital do PSD da Guarda, também estiveram presentes nesta sessão.

### “Na JSD encontramos uma organização de milhares de jovens que marcam a acção política em Portugal”

O secretário-Geral do PSD marcou também presença no passado sábado, na sessão de tomada de posse da nova Comissão Política da Juventude Social Democrata de



Sever do Vouga, Distrito de Aveiro. Perante uma plateia repleta de jovens com ideais e projectos para um futuro de esperança, José Matos Rosa começou por destacar o orgulho que sente na “melhor e maior estrutura partidária representativa dos jovens portugueses”: “Na JSD encontramos uma organização de milhares de jovens, mulheres e homens, que marcam a acção política em Portugal. Acção política diária, exemplo do espírito de inconformismo, jovens comprometidos com o bem-estar colectivo, a defesa da solidariedade e a dignidade da pessoa”, disse.

“A JSD corporiza os nobres valores do nosso PSD: a democracia, a liberdade, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a justiça social/solidariedade, a tolerância, a mobilidade social, a igualdade, a iniciativa privada, os direitos humanos”, afirmou.

O secretário-geral do PSD recusa-se a alinhar no discurso pessimista sobre os jovens portugueses: “É nas gerações mais novas e na sua energia que depositamos toda a confiança para lidar com os problemas do nosso País. Eu não alinho no discurso pessimista sobre jovens... a geração rasca ou maldita. Os jovens têm consciência dos nossos problemas colectivos. E os jovens também sabem sobre quem recai a responsabilidade de termos chegado à pré-bancarrota” afirmou José Matos Rosa, declarando que “temos todos de redobrar os nossos esforços para explicar aos portugueses que os sacrifícios valeram a pena e que os resultados positivos começam a manifestar-se”.

### “As mulheres têm um papel fundamental na nossa sociedade”

A propósito da celebração do Dia Internacional da Mulher, José Matos Rosa deslocou-se no Domingo, 8 de Março de 2015, à Murtosa (distrito de Aveiro), para participar na Conferência “O Papel da Mulher no Século XXI”, organizada pela JSD Distrital de Aveiro. Para o secretário-geral do PSD, “as mulheres têm um papel fundamental na nossa sociedade, um papel ao qual nenhum de nós pode ser indiferente. Esta conferência é mais um sinal claro nesse sentido. É um sinal de que pensar o papel das mulheres no século XXI é pensar o próprio século XXI”.

José Matos Rosa referiu que o Dia Internacional da Mulher é especial: “Quando celebramos este dia lembramo-nos em primeiro lugar do papel que as mulheres têm na nossa família, no nosso dia-a-dia. Que neste dia lhes seja feita a homenagem que merecem. Celebrar este dia é celebrar os laços entre mães e filhos, entre maridos e mulheres, entre avós e netos. Celebrar este dia é homenagear também as famílias. Todas as famílias, incluindo esta família que hoje aqui se reúne: a família social-democrata. Celebramos uma família política constituída há mais de 40 anos também por mulheres, uma família que apenas existe convosco, uma família que se orgulha da vossa presença e participação. Quero dizer a todas as mulheres sociais-democratas que o PSD está grato e honrado por vos acolher no seio da nossa família: obrigado por constituírem um pilar fundamental do Partido Social Democrata; obrigado por lutarem pela social-democracia”, disse.



# Militantes de Setúbal recordam Comício de 7 de Março de 1975

Mais de meio milhar de pessoas encheram o pavilhão do Clube Naval Setubalense, no passado sábado, no jantar de evocação do Comício de 7 de Março de 1975, recordando os acontecimentos ocorridos nessa data. Esta iniciativa assinalou o primeiro comício político do PSD na capital de distrito, que acabou em violência provocada pelos manifestantes de esquerda, que invadiram o pavilhão e impediram a realização do mesmo.

A reacção da polícia e dos contra-manifestantes transformaram as ruas perto do Clube Naval Setubalense e parte da Av. Luísa Todi num palco de grande violência, com vários feridos e a morte de um jovem que vinha a sair do cinema Salão Recreio do Povo. Zeca Afonso, em solidariedade com as vítimas e as suas famílias, editou um disco com a música "Foi na cidade do Sado". Nesse comício estavam previstas as intervenções de Magalhães Mota, José Casimiro Cobra, António Faria e Paulo Valdez.

O ex-líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, o vice-presidente do PSD, Carlos Carreiras, o presidente Distrital de Setúbal, Bruno Vitorino, e o coordenador da Comissão Coordenadora Distrital para as comemorações dos 40 anos do PSD e vice-presidente da Distrital, Paulo Ribeiro, enaltecem o trabalho feito pelos sociais-democratas na defesa da região e das suas populações.

Foram ainda homenageados os antigos presidentes da distrital de Setúbal, bem como os militantes mais antigos do distrito, recordando também a sua luta contra a ditadura que a esquerda queria impor no país.

As centenas de militantes e simpatizantes que encheram por completo o pavilhão do Clube Naval Setubalense demonstraram uma vez mais a pujança e a força da implantação do PSD no distrito de Setúbal.



# Idade mínima para consumo de bebidas alcoólicas pode aumentar



O ministro da Saúde, Paulo Macedo, admitiu que a falta de anestesiólogos pode pôr em causa o crescimento do número de cirurgias realizado em Portugal. Paulo Macedo falava na abertura da 4.ª Conferência TSF/Abbvie, este ano dedicado ao tema “sustentabilidade na saúde”, que decorreu em Lisboa, dia 3 de Março.

A propósito dos indicadores do Serviço Nacional de Saúde (SNS), o ministro alertou para o risco das cirurgias realizadas em Portugal não poderem continuar a aumentar, tal como tem acontecido nos últimos tempos, devido à falta de anestesiólogos. “Temos de perceber como chegámos a esta situação de pôr em causa as cirurgias por não haver anestesiólogos em número suficiente e como vamos resolvê-la”, afirmou, lembrando que “o Ministério da Saúde recruta todos os médicos disponíveis”.

A intervenção de Paulo Macedo centrou-se na questão da sustentabilidade do SNS, tendo desafiado as medidas do Executivo nesta área e enaltecendo os resultados que considera positivos, apesar da “crise” que tem afectado o país.

O ministro da Saúde admitiu também que o aumento da idade obrigatória para o consumo de bebidas alcoólicas, no âmbito de um conjunto de medidas que o seu ministério está a preparar para reduzir as doenças ligadas ao consumo de álcool.

Paulo Macedo alertou para a necessidade de reduzir a carga de doença, especificando que o governo iria dar novos passos contra o consumo de álcool e tabaco, ainda este ano.

Aos jornalistas, Paulo Macedo disse que passam agora dois anos desde a alteração da legislação sobre o consumo de álcool e que, para esta altura, tinha ficado

prometida uma avaliação. O ministro declarou que as medidas não passarão por factores económicos – uma vez que estas já ficaram especificadas em matéria de orçamento do Estado – mas sim pela restrição no acesso, seja ao nível da idade, ou no consumo de bebidas alcoólicas da rua. Questionado sobre um eventual aumento da idade mínima para consumo de bebidas alcoólicas, o ministro admitiu que esta é uma hipótese.

Os especialistas do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) defenderam em Fevereiro que a lei do álcool deve ser mais restritiva, sugerindo também mais controlo e fiscalização.

Depois de um estudo sobre os padrões de consumo de álcool nos jovens após a nova lei ter entrado em vigor, em meados de 2013, o SICAD concluiu que a frequência e padrões de consumos se mantiveram nos adolescentes e nos jovens. “Parece justificar-se a implementação de medidas mais restritivas, nomeadamente no que toca ao acesso a bebidas alcoólicas por parte de menores de idade. Tal, aliás, recebe o consenso dos jovens e profissionais participantes nos estudos realizados”, referiu o SICAD no relatório divulgado em Fevereiro.

Publicado em Abril de 2013, o novo diploma legal veio proibir a venda, disponibilização ou consumo de bebidas espirituosas a menores de 18 anos e de cerveja e de vinho a menores de 16.

Em dois estudos realizados a propósito da nova lei, concluiu-se que jovens e profissionais de estabelecimentos que vendem bebidas consideram a aplicação da legislação como deficitária, havendo uma percepção geral de “uma certa desresponsabilização no seu cumprimento”.

## Baixar os custos das renováveis

Jorge Moreira da Silva reitera que Portugal continua “empenhado” em explorar e promover todas as possibilidades que permitam reduzir os custos das energias renováveis. “Portugal continua empenhado em explorar todas as possibilidades de reduzir o custo de cumprimento das energias renováveis. Todos queremos cumprir metas ambiciosas de renováveis, a questão está em saber com que custo e as interligações e todos os mecanismos que permitam ter uma política mais coordenada de promoção das energias renováveis criam condições para baixar os custos e estamos empenhados nesse diálogo no âmbito europeu, como estamos também empenhados nesse diálogo no contexto do Mediterrâneo”, afirmou Moreira da Silva.

O governante falava no final da segunda reunião ministerial sobre Ambiente e Energias Renováveis do Diálogo do Mediterrâneo Ocidental (5+5), que decorreu no dia 2 e 3 de Março, em Lisboa, que contou com a presença de representantes da Argélia, Espanha, França, Itália, Malta, Marrocos, Mauritânia, Líbia, Portugal e Tunísia.

Deste encontro resultou a “Declaração de Lisboa” assinada por todos os países representados, que aprova um plano de acção do Diálogo 5+5 no domínio das energias renováveis e da eficiência energética, que prevê actividades de troca de conhecimento e de capacidades entre os participantes, e a importância de desenvolver as interligações energéticas.

Já na área do clima, a “Declaração de Lisboa” reafirma a necessidade de um ambicioso acordo na 21.ª Conferência das Partes de Paris, que decorre na quarta-feira, e a importância de definir acções piloto, no domínio das alterações climáticas, no âmbito dos países do Diálogo 5+5. “Em relação ao acordo que aqui alcançamos há uma mensagem muito concreta no que diz respeito às alterações climáticas para que se possa atingir um acordo em Paris e, no fundo, que todos os países possam submeter os seus compromissos que estavam previstos no primeiro trimestre de 2015 [...] essa é uma dimensão prática deste diálogo 5+5, reafirmar esse objectivo”, disse Moreira da Silva.

No que diz respeito à promoção das energias renováveis, “saiu desta reunião a necessidade de estabelecermos um plano para a promoção das energias renováveis na Bacia do Mediterrâneo”.

Trata-se, segundo o governante, de “uma decisão concreta que procura tirar partido da diversidade de recursos renováveis para uma lógica de maior parceria e concertação”. “O diálogo não deve ser apenas político, mas também nas áreas económica, empresarial, científica e estamos muito mais orientados para a acção desta reunião de Lisboa do que apenas orientados para o diálogo”, sublinhou o ministro. E rematou: “Temos vários recursos renováveis à volta do Mediterrâneo: água, sol, vento. Nem todos os países têm o mesmo potencial renovável, mas todos temos um potencial renovável [...] logo, temos toda a vantagem neste diálogo 5+5 no plano político, económico, social e ambiental”.



# “Cooperação estratégica” na Justiça



Paula Teixeira da Cruz afirmou, dia 6, na abertura do congresso dos magistrados do Ministério Público (MP), em Vilamoura, que é necessária “uma cooperação estratégica” no sistema judiciário, para que a Justiça seja eficaz. “É tempo de hoje de abandonar as questões pessoais ou institucionais que muitas vezes perpassam - das quais o poder político não se pode também isentar de responsabilidade - e que pouco ou nada contribuíram para a eficácia do sistema de Justiça e do progresso social”, disse a governante.

Na sessão de abertura do X Congresso do MP, subordinado ao lema “Qualidade da Justiça, Qualidade na Democracia”, Paula Teixeira da Cruz referiu que todos os intervenientes juntos “dignificam a Justiça” e alertou que, se assim não acontecer, se pagará “um preço”.

Por isso, a ministra da Justiça afirmou perante mais de duas centenas de procuradores da República que é preciso fazer “um esforço de cooperação estratégica, no sentido de todos contribuírem para uma melhor sociedade, uma mais forte cidadania”.

A responsável do Governo com a pasta da Justiça referiu também que “não existe democracia sem Justiça forte e de qualidade, que satisfaça os interesses da sociedade que serve”. “Creio firmemente que uma Justiça de maior qualidade conduz necessariamente a uma democracia de qualidade. Não é possível ter uma democracia de qualidade sem ter uma justiça de qualidade”, declarou Paula Teixeira da Cruz.

Na sua intervenção, a governante fez ainda referência à “reforma na Justiça” que o Ministério da Justiça implementou e afirmou que, no presente, existe “mudança” e trabalho feito, com resultados práticos muito visíveis, numa melhoria geral bem sentida pela sociedade”.

Em alusão à reorganização judicial, em vigor desde 1 de Setembro do ano passado, Paula Teixeira da Cruz recordou que, “nas visitas a comarcas”, encontrou “muitos que se declaram assumidamente contra a reforma e que revelam hoje que nela vêem muitas virtudes: autarcas, advogados e órgãos de gestão de comarca”. “Tem sido uma surpresa reconfortante, porque o início de execução de reformas é sempre difícil”, admitiu. Porém, assinalou que já se admite que “algumas alterações” possam ser introduzidas na reorganização judiciária, o que a “monitorização vier a revelar”.

Aludindo às “diversas crises que assolam a Europa”, entre as quais “a económica é a manifestação mais visível, a ministra da Justiça referiu que há outras questões “tão mais importantes” como “a independência dos juizes, a autonomia do MP, a liberdade dos advogados e solicitadores e demais profissionais forenses e o respeito pela dignidade profissional dos funcionários de Justiça”. “São primordiais à salvaguarda dos direitos, das liberdades e garantias de uma sociedade realmente democrática”, afirmou.

## Governo admite acertos à reforma do mapa judiciário

A ministra da Justiça admite ajustes à reforma do sistema judiciário caso sejam identificados problemas pelo grupo de acompanhamento, mas garantiu que isso ainda não aconteceu. Paula Teixeira da Cruz disse estar “sempre disponível para avaliações” à reforma do mapa judiciário, porque “há sempre pequenos acertos a fazer”, mas contrapôs que as alterações introduzidas foram consideradas por várias organizações internacionais, como a Comissão Europeia, como uma “reforma de referência a seguir por outros países”.

A ministra falava aos jornalistas durante uma visita ao tribunal da comarca de Faro, dia 3, que foi um dos três a nível nacional, juntamente com Loures e Vila Real, que sofreram obras de remodelação e tiveram de ser transferidos temporariamente para monoblocos, enquanto decorriam os trabalhos de recuperação dos edifícios.

O esforço do Governo na reabilitação dos tribunais portugueses tem ido além da reforma do sistema judiciário e inclui cerca de 300 intervenções, além das três que implicaram a transferência temporária para os monoblocos, referiu. “Já fizemos, no âmbito da reforma e sem ser no âmbito da reforma, cerca de 300 intervenções, isto é não estamos só a olhar para aqueles tribunais que, em função da reforma, receberam mais especialidades”, afirmou a governante.

A ministra sublinhou que, “no âmbito da reforma”, existiam “três sítios onde havia módulos e que vão estar todos de volta aos edifícios remodelados “até final do ano”.

“Tínhamos Faro e agora ainda temos Loures e Vila Real. Não deslizámos um único prazo até agora de obra, o que não é habitual, e quer Loures, quer Vila Real, ficarão prontos até final do ano”, garantiu Paula Teixeira da Cruz, que antes de visitar o remodelado tribunal de Faro esteve a assistir à retirada dos monoblocos que serviram temporariamente a comarca.

Paula Teixeira da Cruz disse estar “sempre disponível para avaliações” à reforma do mapa judiciário, porque “há sempre pequenos acertos a fazer”.

“Uma reforma desta monta implica uma monitorização. Se no âmbito dessa monitorização se verificar entretanto uma necessidade maior de afluxo, com toda a naturalidade faremos os ajustes, sem qualquer drama”, respondeu a ministra, ao ser questionada sobre as queixas da Câmara de Monchique, que deixou de ter tribunal no concelho.

A ministra recordou que “o número de processos que existiam em Monchique não justifica a existência de um tribunal” e refutou a ideia de haver falta de acessibilidades para os residentes na vila algarvia. “E também não se pode dizer que não hajam acessibilidades. Conheço muito bem Monchique, conheço muito bem o Algarve, e devo dizer que a questão não se coloca dessa forma.

Um dos pontos a melhorar que Paula Teixeira da Cruz disse já ter identificado é a falta de oficiais de justiça, mas sublinhou que já foi lançado um novo concurso para admissão de novos 600 funcionários.



# Portugal volta a ter condições para reequipar Forças Armadas



O ministro da Defesa Nacional afirmou em Coimbra que Portugal tem “outra vez” condições para poder reequipar as suas Forças Armadas. José Pedro Aguiar-Branco sublinhou que foi possível “aumentar a capacidade operacional”, com a reforma “Defesa 2020”, e reequipar as Forças Armadas, através da revisão da Lei da Programação Militar.

Como exemplo, José Aguiar-Branco frisou que foram “adquiridos navios de lancha costeira” e “vão ser construídos” navios de patrulha oceânica, estando prevista também a aquisição de viaturas tácticas. “Há quatro anos, a nossa discussão era como íamos pagar os salários dos militares no mês seguinte. Quatro anos depois, estamos a considerar que temos capacidade para reequipar as Forças Armadas”, constatou.

José Aguiar-Branco falava à comunicação social, à margem da sessão “Como conciliar o tempo da justiça com a liberdade de informar”, que ocorreu no Centro de Eventos Bissaya Barreto, em Coimbra, 3 de Março.

A sessão, inserida no ciclo de debates “Ter Estado”, contou com a presença do ex-presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, do ex-bastonário da Ordem dos Advogados Rogério Alves, de José Manuel Fernandes, “publisher” do “Observador” e do procurador-geral adjunto João Aibéo.



## Comunicado dos TSD

«Está por estes dias o país a ser mediaticamente fustigado por questões relacionadas com o cumprimento de deveres contributivos passados por parte do Primeiro-ministro. É importante, no entanto, que se questione a razão de tanto alarido. Os TSD - Trabalhadores Social-Democratas entendem que, à falta de argumentação política, se tenta atacar o carácter de um cidadão que exerce as funções de Primeiro-ministro e que tem liderado o Governo, com sucesso para Portugal, num período invulgarmente exigente da sua existência colectiva.

É compreensível que os portugueses, sendo ou não apoiantes do Governo, desejem e tenham o direito a que a questão seja cabalmente esclarecida. Todavia alguns procuram ampliar o assunto para além da sua exacta dimensão de modo a tentar manchar o carácter do Primeiro-ministro e a sua plena capacidade de governar. Os TSD – Trabalhadores Social-Democratas entendem que não é justo nem razoável que assim seja. Estamos convictos que aquilo que importa verdadeiramente ao país, aos portugueses e mormente aos trabalhadores é a efectiva capacidade que o Primeiro-Ministro já demonstrou à frente da governação designadamente a resiliência perante as inúmeras adversidades, o espírito de missão e o seu sentido de Estado e que permitem que hoje, finalmente, Portugal possa ter esperança em anos mais prósperos do que aqueles porque passou em virtude do incumprimento do Estado em 2011. Não poderemos esquecer que se deve à liderança de Pedro Passos Coelho a trajectória de consolidação financeira resultante na credibilidade interna e externa no crescimento económico sustentado e na criação de mais e melhor emprego.

Os TSD – Trabalhadores Social-Democratas reafirmam assim a sua plena confiança na capacidade de Pedro Passos Coelho para exercer as funções de Primeiro-Ministro e não serão questões contributivas passadas, entretanto resolvidas e esclarecidas, que nos farão alterar esta percepção que, estamos em crer, coincide com a da maioria dos portugueses independentemente de serem, ou não apoiantes deste Governo.

Lisboa, 6 de Março de 2015  
Pelo Secretariado Nacional dos TSD,  
Pedro Roque Oliveira  
Secretário-Geral»



## Tomada de posição dos ASD

«Na vida política, quando surgem situações de dúvida, nada mais há a fazer que prestar os devidos e sérios esclarecimentos.

Foi isso que o Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, fez, com clareza e humildade.

Como já havia dito, o ser humano pode ter falhas e mesmo imperfeições, desde que se assumam e delas não haja qualquer tipo de aproveitamento.

O Primeiro-Ministro não só não beneficiou de nenhuma situação como as regularizou perante a Segurança Social e o Fisco.

Estas são as situações onde a tentação do aproveitamento partidário não deve ter lugar. Devem ser tratadas de uma forma política séria e não de uma forma partidária e, sublinhe-se, abusiva em função do que está em causa e que foi clara e inequivocamente assumido e explicado.

É, por isso, que os ASD exortam os Partidos a concentrarem-se nas opções para o País, explicando aos Portugueses o que se pode e deve fazer para continuarem este caminho de esperança.

Álvaro dos Santos Amaro  
Presidente da CPN-ASD  
6 de Março de 2015»

# Conselho de Ministros de 5 de Março de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece as bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional.

Este diploma enquadra-se no plano de acção da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos e vem adoptar uma visão integrada dos recursos geológicos, incidindo sobre os recursos passíveis de prospecção e de exploração e também sobre os recursos naturais com interesse geológico e mineiro, com vista à sua preservação.

São introduzidos novos conceitos face à riqueza da geodiversidade nacional, são definidos os princípios de gestão dos recursos geológicos e é estabelecido um novo modelo de política pública para os recursos geológicos, através de um programa sectorial.

No que respeita aos procedimentos de atribuição de direitos, é reforçada a articulação das entidades com competências conexas, para acautelar eventuais constrangimentos de natureza ambiental ou de gestão territorial e conferir maior previsibilidade ao procedimento, sendo também reforçado o papel dos municípios no decorrer do procedimento.

2. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução visando promover um maior equilíbrio na representação de mulheres e homens nos órgãos de decisão das empresas e instituiu mecanismos de promoção da igualdade salarial.

Nesse sentido são mandatados a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, a Secretária de Estado do Tesouro, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, o Secretário de Estado Adjunto e da Economia e o Secretário de Estado do Emprego para desenvolverem diligências com vista à celebração, com as empresas cotadas em Bolsa, de um compromisso que promova um maior equilíbrio na representação de mulheres e de homens nos respectivos conselhos de administração, pressupondo, por parte das empresas, a vinculação a um objectivo de representação de 30% do sexo sub-representado.

Ficou também decidida a criação e o fornecimento, sem custos para as empresas, de um mecanismo de apoio para identificação e análise das diferenças salariais entre homens e mulheres, ficando as empresas vinculadas à implementação de uma estratégia para a eliminação das diferenças salariais que forem identificadas.

3. O Conselho de Ministros aprovou a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I.P., (CGA) da responsabilidade pelo pagamento dos complementos de pensão do Fundo de Pensões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., e do Fundo de Pensões da Gestnave Serviços Industriais, S.A..

Para esse efeito são transferidos para a CGA o património do Fundo de Pensões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., e parte do património do Fundo de Pensões da Gestnave Serviços Industriais, S.A..

Após a transferência do seu património para a CGA e para a ENI Gestão de Planos Sociais, S.A., e com a liquidação total, o Fundo de Pensões dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., e o Fundo de Pensões da Gestnave Serviços Industriais, S.A., consideram-se extintos.

4. O Conselho de Ministros autorizou o Instituto de Segurança Social, I.P., a realizar a despesa com a aquisição de bens alimentares, através de concurso público, no âmbito do Programa Operacional Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (2014-2020).

A despesa máxima autorizada é de 10 milhões de euros, suportados pelo orçamento da segurança social por antecipação de verbas do Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados.

Com esta autorização pretende-se assegurar e garantir a manutenção do apoio alimentar atribuído no âmbito do Fundo aos mais carenciados, garantindo uma transição suave para o novo programa operacional, evitando perturbações no fornecimento de ajuda alimentar.

Com esse propósito foi decidido implementar, para o ano de 2015, a operação Aquisição de Produtos Alimentares por Entidades Públicas prevista no programa operacional aprovado e cujas despesas associadas têm enquadramento e são elegíveis no âmbito Regulamento Comunitário do Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados.

5. O Conselho de Ministros aprovou para ratificação o Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito dos Produtos do Tabaco, que foi adoptado em Seul, no âmbito da Convenção Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco.

O Protocolo visa proporcionar as ferramentas que permitam o aprofundamento da luta contra o comércio ilícito do tabaco, nomeadamente através do estabelecimento de mecanismos de cooperação administrativa, científica e jurídica, bem como da adopção de um regime de infracções apropriado ao nível nacional.

Este Protocolo, juntamente com a Convenção Quadro da Organização Mundial de Saúde, constitui um instrumento de cooperação internacional indispensável à promoção de uma acção concreta e eficaz, em matéria de prevenção e controlo do tabagismo e protecção da saúde pública.

6. O Conselho de Ministros aprovou as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes, assegurando a execução das obrigações decorrentes do Regulamento da União Europeia relativo aos adubos.

Este diploma tem como objectivo disponibilizar um quadro legislativo com maior clareza jurídica, que permita uma mais correcta colocação no mercado das matérias fertilizantes.

Simultaneamente, é criado um sistema de registo das matérias fertilizantes não harmonizadas, estabelecendo-se a obrigatoriedade da sua inscrição, definindo-se as obrigações a que o responsável pela colocação no mercado está sujeito, o regime de fiscalização e o quadro sancionatório, com vista ao cumprimento das disposições legais nesta matéria.

7. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da lei orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., no que respeita à composição dos conselhos estratégicos de áreas protegidas.

Com esta alteração, pretende-se estimular o envolvimento das entidades privadas, assegurando a prossecução dos interesses sectoriais e o respectivo envolvimento no apoio à decisão sobre as grandes linhas estratégicas de conservação e gestão, numa perspectiva de partilha de valores de sustentabilidade no uso e valorização dos recursos naturais endógenos.

No mesmo sentido, de envolvimento e integração dos diferentes sectores, prevê-se que o Conselho Consultivo passe a integrar elementos representativos da área do ambiente, agricultura e mar.

8. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que define as consequências do processo de fusão entre a APDL, Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., e a Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A..

É transferida para a APDL, Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., a jurisdição portuária directa nas zonas marítimas, flúvio marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, cuja gestão foi transitoriamente cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes. I.P.

9. O Conselho de Ministros aprovou a classificação como monumento nacional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, na freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa.

Este espaço ocupa o subsolo dos edifícios situados na Rua dos Correeiros, 9 a 29, e na Rua Augusta, 76 a 79, em Lisboa, remontando a sua primeira ocupação aos séculos V-IV a.C., no contexto da expansão da cidade e da criação de um bairro portuário ligado ao desenvolvimento do comércio com povos originários do Mediterrâneo oriental.

A mesma área foi depois utilizada pelos colonizadores romanos, a partir do final do século I, e mais tarde, a partir do século X, regista-se o período da dominação islâmica. Os vestígios posteriores são de matriz medieval. Do período mais recente estão claramente presentes os níveis de ruína e os vestígios do grande incêndio subsequente ao sismo de 1755, bem como a reconstrução pombalina, da qual se destaca a estacaria onde assentam os alicerces dos edifícios.

10. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa com a aquisição de serviços de vigilância e segurança para organismos do Ministério da Saúde para os anos de 2015 e 2016.

O valor total autorizado é de cerca de 19,922 milhões de euros, com recurso ao procedimento pré-contratual adequado para aquisição de serviços de vigilância e segurança, através do acordo quadro AQ-VS-Vigilância e Segurança-2014.

11. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos conselhos de administração do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim-Vila do Conde, E.P.E., e do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E..

Ambos os conselhos de administração são compostos por cinco elementos, tendo sido ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

# Passos Coelho tem ideias inovadoras para a questão da Base das Lajes



O presidente do PSD/Açores afirmou que o Primeiro-Ministro tem “ideias inovadoras” para apresentar aos açorianos sobre a questão da Base das Lajes, acreditando que, face à redução do efectivo militar norte-americano, Pedro Passos Coelho “já sabe como quer enfrentar o problema”. “Se há alguém que tem ideias inovadoras sobre isto, posso-vos garantir que é o primeiro-ministro de Portugal”, disse Duarte Freitas, salientando que o chefe do governo da República tem soluções “que podem projectar o que agora é um problema numa grande oportunidade para a Terceira e para os Açores”.

O líder social-democrata regional falava dia 5, na Vila das Lajes, após um debate promovido pelos Trabalhadores Social Democratas (TSD) em torno da perspectiva laboral na Base das Lajes, onde adiantou ter estado reunido com Pedro Passos Coelho, em Lisboa, onde lhe foi transmitida a garantia “de que se vai trabalhar em conjunto, com as entidades regionais e nacionais na busca de soluções para o futuro da Terceira”.

Para Duarte Freitas, o Governo da República deve ser “totalmente solidário com as necessidades dos terceirenses neste problema da Base das Lajes. Uma solidariedade que tem de incluir esforços diplomáticos em Bruxelas e em Washington, e que se deve traduzir em esforços financeiros perante as nossas necessidades”, disse.

O presidente do PSD/Açores destacou a vinda à Terceira de um responsável da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), considerando que esse é “um bom augúrio, desde que o Governo Regional não coloque as questões político-partidárias acima dos interesses dos açorianos”, afirmou.

## Manter o Curso de Gestão em Angra do Heroísmo

Os deputados do PSD/Açores eleitos pela Terceira consideram que o Governo Regional tem de actuar, face “à falta de recursos humanos e de condições financeiras da Universidade dos Açores (UAç), que não permitiram solicitar a acreditação do Curso de Gestão no Campus de Angra do Heroísmo. É preocupante que o curso não abra no próximo ano lectivo”, disse António Ventura.

O social-democrata falava após uma reunião que os deputados mantiveram com o Reitor da UAç, onde foi debatido o futuro daquela valência da academia açoriana, referindo que “de nada serve baixar taxas ou majorar incentivos, se não houver pessoas para criarem iniciativa empreendedora”, numa referência directa “ao Plano de Revitalização da Ilha Terceira”.

“O Governo Regional não pode esquecer os jovens, e principalmente os jovens qualificados, e tem de actuar nesta situação”, diz António Ventura, recordando “a principal bandeira do Executivo face à UAç - Um euro por um euro - que é, segundo a própria universidade, uma medida ineficaz”, criticou.

“A actuação do Governo deve ser outra, especialmente no reforço da tripolaridade da nossa academia”, sendo que “não podemos esquecer que o Curso de Gestão na Terceira serviu também para fixar jovens na ilha”.

“Além disso foi clara a dinâmica que aquele curso criou, assim como a aproximação que fez junto das empresas. O Curso de Gestão é essencial para a Terceira e também para o próprio Campus de Angra”, concluiu António Ventura.





Número 586 • 20 de Novembro de 1985 • Preço 30\$00



# Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

## Cavaco Silva na Assembleia da República

# A força deste Governo reside na esperança nele depositada pelos Portugueses

**Somos pela moderação e contra os extremismos. Portugal necessita de paz e tranquilidade para conseguir alcançar o progresso a que tem direito. Nada justifica que continuemos a ocupar os últimos lugares na escala do desenvolvimento dos países europeus.**

«O Governo sabe bem as dificuldades que o esperam, mas não recua, sabe bem as suas responsabilidades e não as enjeita. Mas sabe também, que o momento que se vive em Portugal é de grande esperança na sua actuação. Aí reside a sua força. Todo o seu empenho estará em não desiludir o Povo Português».

Foi nestes termos que Cavaco Silva, Primeiro-Ministro, concluiu, no passado dia 15, na Assembleia da República, o discurso com que assinalou a apresentação do programa do Governo ao Parlamento.

Antes, quase no início da sua intervenção, e a propósito do próprio Parlamento, o Primeiro-Ministro disse que nos últimos dias muito se tem falado, «agora que tomou posse um Governo de Maioria relativa, que é fundamental o papel da Assembleia da República». Cavaco Silva concorda com a afirmação, mas não com o fundamento apresentado.

E isso porque «o papel da Assembleia da República é sempre o mesmo, seja qual for o Governo empossado: uma actuação clara e empenhada na resolução dos problemas daqueles que legitimamente

representa». Daí que — sublinhou o Primeiro-Ministro — o Parlamento esteja sempre, como o Governo, sujeito ao julgamento da opinião pública.

Foi um discurso de 46 páginas, no qual o chefe do Executivo traçou as principais linhas de actuação do novo Governo e explicou a sua orgânica.

De sublinhar, em termos económicos, que a respectiva política será orientada «de modo a que já em 1986 a subida dos preços não ultrapasse os catorze por cento».

A melhoria das condições de vida das famílias portuguesas vai necessitar, segundo o Primeiro-Ministro, do controlo da inflação, do crescimento adequado dos salários e do desagravamento dos impostos que incidem sobre os rendimentos do trabalho.

Quanto aos salários em atraso, e entre outras medidas, «facilitar-se-á o acesso dos trabalhadores ao seguro de desemprego e criar-se-ão mecanismos que facilitem o adiantamento de parte da indemnização a que os trabalhadores têm direito por força da rescisão do seu contrato de trabalho».

A seguir transcrevemos, na íntegra, o discurso do novo Primeiro-Ministro.

Continua na pág. 2



**Aumentadas em 22% as pensões de invalidez velhice e sobrevivência**

(PÁGINA 12)

## Grandes vitórias dos TSD no mundo laboral

- Bancários do Sul e Ilhas
- Companhia Nacional de Petroquímica
- Petroquímica e Gás de Portugal
- Banco de Fomento Nacional

(PÁGINA 8)



# O factor empreendedor

Jaime Quesado (\*)

As novas apostas que o Governo Português pretende fazer ao nível da Inovação e Empreendedorismo suscitam a oportunidade de uma breve reflexão sobre a importância de uma Agenda Estratégica para um verdadeiro Capital Empreendedor no país. O modelo tradicional de criação de valor mudou por completo e nesta fase crítica da economia portuguesa a aposta tem que ser clara – apoiar novas Empresas, de preferência de base tecnológica, assentes numa forte articulação com Centros de Competência e capazes de ganhar dimensão global.

O primeiro grande vector desta afirmação do Capital Empreendedor passa pela activação positiva do Capital Social. Dinamizar uma Cultura de Participação Efectiva, consolidar mecanismos de valorização da ética comportamental por parte dos diferentes actores, estabelecer uma matriz doutrinária pedagogicamente disseminada de qualificação dos princípios do rigor, respeito pela inclusão em sociedade mas aceitação dos resultados do jogo da competitividade. Não se trata de impor “social rules” pré-formatadas a um país com padrões comportamentais historicamente consolidados, mas de fazer do desafio da qualificação do Capital Social Global um exercício exigente de responsabilidade colectiva de mudança da capacidade de ir a jogo.

Tudo tem que começar por aqui. Trata-se claramente do vértice mais decisivo do “capital estratégico” que importa construir neste novo tempo. O exercício de maior selectividade dos potenciais promotores de projectos e de maior atenção operativa a uma monitorização dos resultados conseguidos terá que ser acompanhado desta acção global de qualificação sustentada da rede de actores que compõem o quadro de animação social e económica do território. Não se realizando por decreto, não restam dúvidas que esta acção de “competence building” de entidades da administração pública central e local, centros de ensino e saber, empresas, associações e demais protagonistas da sociedade só tem sentido de eficácia se resultar dum exercício de “cumplicidade estratégica” entre os diferentes protagonistas.

Cabe às empresas o papel central na criação de riqueza e promoção duma cultura sustentada de geração de valor, numa lógica de articulação permanente com Universidades, Centros I&D e outros actores relevantes. São por isso as empresas essenciais na tarefa de endogeneização de activos de Capital Empreendedor com efeito social estruturante e a “leitura” da sua prática operativa deverá constituir um exercício de profunda exigência em termos de análise. Tendo sido as empresas um dos actores fortemente envolvidos nas dinâmicas de financiamento comunitário ao longo destes últimos vinte anos ressaltam indícios de défice de “capital empresarial” em muitos dos protagonistas envolvidos. Torna-se por isso imperativo apostar numa agenda de mudança.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

### Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 27 de Março de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Av. Alcaldes de Faria, 270, 1º D, Barcelos, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, discussão e votação da Conta de Gerência 2014
- 3 - Análise da situação político-partidária

### BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Braga, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Março de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, no Hotel Mercure, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação e votação das contas de 2014
- 3 - Apresentação e votação do orçamento para 2015
- 3 - Análise da situação política

### CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Carregal do Sal, para reunir no próximo dia 14 de Março de 2015, (sábado), pelas

15h00, no Auditório 2 do Centro Cultural de Carregal do Sal, com a seguinte

#### Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local
- 3 - Aprovação das contas do ano de 2014 e orçamento de 2015
- 4 - Marcação das eleições para os órgãos da Secção de Carregal do Sal

### MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Marinha Grande, para reunir no próximo dia 10 de Abril de 2015 (sexta-feira) pelas 17h00 na sede, sita na Av. 1º de Maio, nº 72, com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

#### Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 17h00 às 22h00

### NÚCLEO OESTE / POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo do Oeste/Pombal composto pela União das freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 12 de Abril de 2015 (domingo), pelas 14h00, no Salão José Maria Duarte, sito na Av. Comendador José Maria Duarte Jr. – Guia, com a seguinte

#### Ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição dos órgãos do Núcleo Oeste do PSD/Pombal

#### Notas:

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 14h00 às 17h00.

### NÚCLEO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE GRIJÓ E SERMONTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da União de Freguesias de Grijó e Sermonde, para reunir, no próximo dia 11 de Abril de 2015 (sábado), pelas 17h00, na sede de Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo da União de Freguesias de Grijó e Sermonde.

#### Notas:

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede de V. N. de Gaia.
- As urnas estão abertas das 17h00 às 19h00, na sede da secção de V. N. de Gaia

### PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir no próximo dia 02 de Abril de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 17, com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Proposta de criação do Núcleo do PSD de Gavião
- 3 - Análise da situação político-partidária

### PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2015, (sexta-feira), pelas 21h30, na sala de Espectáculos do Marco Fórum XXI, sita no Edifício Marco Fórum XXI Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 235, piso 0 – Marco de Canaveses (frente à CGDepósitos), com a seguinte:

#### Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações gerais
- 2 – Apresentação e ratificação das contas anuais do Partido a nível do distrito – ano de 2014, cf Art. 39º, nº2, al. c) dos Estatutos do PSD

3 - Apresentação e votação do orçamento - ano de 2015, cf. Art. 39º, nº2, al. c) dos Estatutos do PSD

4 - Análise da situação política

#### VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2015, (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Apresentação e votação das contas de 2014

2 - Análise da situação política



#### CONSELHO DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Aveiro para reunir no dia 18 de Abril de 2015 (sábado), pelas 16h00, no Hotel das Termas - Curia, sito no Lugar de Tamengos - Curia 3780-514 Tamengos, em Anadia,

com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Escolas inseridas no programa Parque Escolar do distrito de Aveiro - a situação de Anadia;
- 3 - Eleição dos membros da JSD à Assembleia Distrital do PSD Aveiro;
- 4 - Eleição dos militantes honorários da JSD Distrital de Aveiro;
- 5 - Análise da situação política local;

Notas: As listas e os nomes propostos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD Aveiro, respeitando o cumprimento estatutário, na sede JSD Distrital, sita na rua Dom Manuel B. de Vasconcelos, n.º 28, Aradas, 3810-498 Aveiro, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas entre as 17h00 e as 18h00.

#### CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital para reunir no próximo dia 10 de Abril (Sexta-feira), pelas 21:30 horas, na Sede do PSD, sita no Largo 28 de Janeiro, 10, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital do PSD

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h30m às 23h30m.

#### CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital para reunir no próximo dia 28 de Março (sábado), pelas 16 horas, na Biblioteca Municipal de Fronteira, sita na Rua de Avis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Análise da situação político-partidária

Ponto Dois: Marcação das eleições para os órgãos distritais (mandato 2015-2017).

#### CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Distrital da JSD de Vila Real a realizar no próximo dia 11 de Abril de 2015, pelas 16 horas na sede no PSD de Vila Real com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos delegados da JSD para a Assembleia Distrital do PSD;

2 - Outros assuntos.

#### LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar os militantes da JSD Lourinhã para reunir em Plenário no próximo dia 20 (sexta-feira) às 21:30h na sede do PSD Lourinhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação de militância da concelhia

2 - Análise das atividades realizadas pela concelhia

3 - Análise da situação política concelhia, distrital e nacional.

